

*JOSÉ SOUTO MAIOR BORGES*

***OBRIGAÇÃO  
TRIBUTÁRIA***

*(uma introdução metodológica)*



*revista e ampliada*

**≡ ≡ MALHEIROS  
≡ ≡ EDITORES**

***OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA (uma introdução metodológica)***

© JOSÉ SOUTO MAIOR BORGES

*1ª edição, 1984; 2ª edição, 1999.*

ISBN 978-85-392-0263-8

*Direitos reservados desta edição por  
MALHEIROS EDITORES LTDA.  
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171  
CEP 04531-940 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3078-7205 Fax: (11) 3168-5495  
URL: [www.malheiroseditores.com.br](http://www.malheiroseditores.com.br)  
e-mail: [malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)*

*Composição*  
PC Editorial Ltda.

*Capa:*  
*Criação:* Vânia Lúcia Amato  
*Arte:* PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*  
01.2015

**SUMÁRIO**

Prefácio .....	13
Prefácio breve à 3ª edição .....	17

---

**PARTE I – INTRODUÇÃO CRÍTICA  
AO ESTUDO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

---

*CAPÍTULO 1 – Considerações introdutórias: a unidade do método científico e suas repercussões na metodologia da pesquisa jurídica*

I – A unidade do método como um postulado teórico .....	21
II – Imputação jurídica e causalidade natural .....	22
III – Inviabilidade de apreensão indutiva da ordem jurídica .....	23
IV – Seletividade da pesquisa jurídica .....	24
V – Objeto da monografia .....	25

*CAPÍTULO 2 – O dever jurídico enquanto categoria formal*

I – Teoria geral em contraposição à teoria especial do Direito .....	27
II – Teoria geral em contraposição à teoria particular do Direito .....	30
III – Teoria formal em contraposição à teoria material do Direito .....	30

*CAPÍTULO 3 – Noções preliminares sobre as categorias da Teoria Geral do Direito*

I – Objeto da Teoria Geral do Direito .....	33
II – Teoria Geral do Direito e interpretação jurídica .....	34
III – Teoria Geral do Direito e ciências jurídicas particulares .....	35
IV – O estrutural e o funcional na Teoria Geral do Direito .....	36
V – Generalidade empírica da Teoria Geral do Direito .....	37

*CAPÍTULO 4 – Obrigação e dever jurídico: sua significação normativa*

I – A relação entre obrigação e dever não é uma relação entre categorias jurídicas específicas e genéricas .....	39
II – A relação entre obrigação e dever é uma relação entre categorias materiais e formais .....	40
III – O conceito formal de dever jurídico .....	42
IV – Dever jurídico e norma jurídica .....	44

*CAPÍTULO 5 – Avaliação crítica das doutrinas tradicionais sobre a obrigação tributária acessória*

I – A concepção civilística .....	45
II – O problema da conceituação das obrigações no Direito Civil e seus reflexos no Direito Tributário .....	48
III – A doutrina dos deveres administrativos e sua imprecisão .....	49
IV – Inaplicabilidade da doutrina italiana dos poderes de contorno ao Direito brasileiro .....	51
V – A liberdade como o critério diferencial entre dever e obrigação tributários .....	53

---

**PARTE II – BASES LÓGICAS E METODOLÓGICAS  
NO ESTUDO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA:  
A QUESTÃO DA PATRIMONIALIDADE  
NA DOCTRINA DAS OBRIGAÇÕES**

---

*CAPÍTULO 6 – Âmbitos de referibilidade das proposições jurídicas descritivas*

I – Proposições descritivas estritamente universais ou numericamente universais: a necessidade de distingui-las .....	59
II – O atributo da patrimonialidade e o seu caráter de enunciado universal estrito .....	62
III – Enunciados normativos estritamente universais e enunciados sobre a existência de normas válidas .....	63
IV – Existência e validade da norma jurídica .....	64
V – Enunciados de normas obrigacionais não-patrimoniais válidas ....	65

*CAPÍTULO 7 – Problemas lógicos e metodológicos decorrentes da indução jurídica*

I – As diversas modalidades da pretensa indução jurídica .....	69
--	----

II – Impossibilidade de predição indutiva do conteúdo de normas jurídicas não pesquisadas .....	71
III – Critério de demarcação empírica da ciência jurídica .....	76
<i>CAPÍTULO 8 – A falseabilidade das proposições descritivas como critério de demarcação da ciência do direito</i>	
I – O problema lógico da indução jurídica no âmbito das obrigações ..	79
II – O problema metodológico da indução jurídica no âmbito das obrigações .....	81
III – Corroboração do conceito formal de dever jurídico .....	82
IV – Corroboração parcial da patrimonialidade das obrigações tributárias .....	84
<i>CAPÍTULO 9 – O caráter “ad hoc” da tese da patrimonialidade da obrigação tributária</i>	
I – A patrimonialidade da obrigação principal .....	87
II – A patrimonialidade da obrigação acessória .....	88
III – Obrigações acessórias patrimoniais e não-patrimoniais .....	91
IV – A patrimonialidade como o conteúdo do interesse do credor .....	92
<i>CAPÍTULO 10 – A experiência jurídica como experiência do normativo</i>	
I – Em que consiste a experiência jurídica .....	93
II – Em que consiste o método experimental de conceituação das obrigações tributárias .....	94
III – As obrigações tributárias acessórias não-patrimoniais falseiam a tese da patrimonialidade geral das obrigações tributárias .....	96
IV – Intersubjetividade dos testes e objetividade da teoria jurídica .....	97
V – Crítica à tentativa de imunização ao falseamento da patrimonialidade geral das obrigações tributárias .....	99
VI – Corroboração empírica dos enunciados sobre a obrigação tributária pela jurisprudência normativa .....	103
<i>CAPÍTULO 11 – O problema crucial da demarcação do campo de investigação científica</i>	
I – Como se caracteriza o positivismo jurídico-metodológico .....	105
II – Linguagem e metalinguagem na teoria das obrigações .....	107

III – O método de demarcação do campo de investigação das diversas ciências do normativo .....	109
IV – Inviabilidade do método jurídico indutivo .....	110
V – A doutrina da patrimonialidade das obrigações não decorre de uma pretensa indução jurídica .....	110
VI – Irrelevância jurídica do mecanismo psicológico de formação das teorias .....	113

*CAPÍTULO 12 – Essencialismo jurídico-metodológico na doutrina das obrigações*

I – Referibilidade da indução jurídica a enunciados estritamente universais .....	115
II – Essencialismo metodológico na doutrina da patrimonialidade das obrigações tributárias .....	118

*CAPÍTULO 13 – Sobre a demarcação dos campos de vigência das obrigações no sistema tributário nacional*

I – Enunciado básico empírico no CTN, art. 113, § 2º .....	125
II – Enunciados universais sobre a patrimonialidade das obrigações tributárias .....	128
III – Campos de vigência e referibilidade dos enunciados doutrinários sobre obrigações tributárias .....	131
III.A – Sobre a teoria dos campos obrigacionais, desunificados no âmbito tributário .....	133
III.B – A patrimonialidade essencial das obrigações como hipótese imunizante ao erro .....	135
IV – Inaplicabilidade da teoria do campo unificado ao direito obrigacional tributário .....	137
IV.A – Nenhuma complementação entre obrigação principal e acessória .....	139
V – Reabilitação da pragmática no direito tributário: o mundo jurídico invertido .....	140
VI – Princípio da invariância dos campos: sua inaplicabilidade ao direito obrigacional tributário .....	143

*CAPÍTULO 14 – Em socorro da obrigação tributária: nova abordagem epistemológica*

I – Considerações introdutórias .....	149
---------------------------------------	-----

II – Consistência do atributo da patrimonialidade das obrigações .....	152
III – Valor epistemológico da unificação de teorias dualistas .....	154
III.A – O abandono da hermenêutica histórica .....	157
IV – Conceitos universais embutidos no CTN, art. 113, § 1º .....	158
IV.A – Conceitos universais ocultos nos conceitos jurídicos particu- res .....	159
IV.B – Relatividade dos conceitos formais na teoria geral do direito ...	161
V – Caracterização da base empírica da teoria das obrigações .....	164
V.A – Conclusões .....	168

---

**PARTE III – A QUESTÃO DA TRANSITORIEDADE  
NA DOUTRINA DAS OBRIGAÇÕES**

---

*CAPÍTULO 15 – O problema da transitoriedade da obrigação*

I – O sentido em que são as obrigações tradicionalmente havidas como transitórias .....	171
II – Delimitação do período de vigência da norma obrigacional pelo direito positivo .....	173
III – Universalidade estrita e numérica dos enunciados sobre a transi- toriedade da obrigação .....	178
IV – Âmbito de validade temporal e espacial das normas obrigatórias	180
V – Circunscrição do comportamento obrigatório no tempo e no espaço .....	185
VI – Determinação pela própria norma do quadro de referência tempo- -espacial do comportamento obrigatório .....	186
VII – Em que consiste a transitoriedade do comportamento obrigató- rio .....	191
VIII – A distinção básica entre a conduta prevista em abstrato pela norma e a conduta existencial e concreta .....	193
Bibliografia .....	197
Índice alfabético dos autores citados .....	201
Índice remissivo .....	203